

A Pesca Artesanal do Camarão em Parintins, AM: conhecimentos tradicionais, relações socioambientais e a relevância da Indicação Geográfica

Artisanal Shrimp Fishing in Parintins, AM: traditional knowledge, socio-environmental relations and the relevance of the Geographical Indication

Jocemilda da Silva Viana¹, Raimundo Corrêa de Oliveira¹

¹Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, AM, Brasil

Resumo

Este artigo investiga a pesca artesanal do camarão nas comunidades ribeirinhas de Brasília e Catispera, em Parintins (AM), com foco nos saberes tradicionais, nas práticas pesqueiras, nas relações socioambientais e no papel da Indicação Geográfica (IG). A pesquisa, de natureza exploratória e descritiva, foi realizada entre 2023 e 2024 com 20 pescadoras, por meio de entrevistas e observação direta, abordando técnicas, sazonalidade e dinâmicas locais. Os resultados destacam o protagonismo feminino na pesca e na transmissão de conhecimentos, além dos impactos positivos da IG, como valorização cultural, aumento da renda e fortalecimento da economia local — com até 50% de valorização do produto, segundo o INPI. A pesca do camarão é revelada como uma prática que transcende a subsistência, integrando cultura, meio ambiente e economia. A IG surge como ferramenta estratégica para a sustentabilidade e o reconhecimento dos produtos tradicionais, contribuindo para políticas públicas voltadas às comunidades ribeirinhas.

Palavras-chave: Pesca Artesanal do Camarão; Conhecimentos Tradicionais; Indicação Geográfica.

Áreas Tecnológicas: Propriedade Intelectual. Indicação Geográfica e Tecnologias Socioambientais.

Abstract

This article investigates artisanal shrimp fishing in the riverside communities of Brasília and Catispera, in Parintins (Amazonas, Brazil), with a focus on traditional knowledge, fishing practices, socio-environmental relations, and the role of Geographical Indication (GI). The exploratory and descriptive research was conducted between 2023 and 2024 with 20 women fishers, using interviews and direct observation to examine techniques, seasonality, and local dynamics. The results highlight the central role of women in fishing and in passing down knowledge, as well as the positive impacts of the GI, such as cultural appreciation, increased income, and the strengthening of the local economy — with up to a 50% increase in product value, according to the Brazilian National Institute of Industrial Property (INPI). Shrimp fishing is revealed as a practice that goes beyond subsistence, integrating culture, environment, and economy. The GI emerges as a strategic tool for sustainability and for recognizing traditional products, contributing to public policies aimed at supporting riverside communities.

Keywords: Artisanal Shrimp Fishing; Traditional Knowledge; Geographical Indication.

1 Introdução

A pesca artesanal, uma das atividades mais antigas da humanidade, ocupa um lugar central nas regiões do Brasil, permeando sua complexidade socioeconômica, cultural e ambiental (Freitas; Sánchez-Botero; Garcez, 2022). No âmbito da região Amazônica, comunidades ribeirinhas desenvolvem uma conexão íntima com o ambiente ao praticarem a pesca de peixes tradicionais e do camarão regional de água doce *Macrobrachium Amazonicum*, conhecido também como camarão da Amazônia.

Essa atividade não somente supre a subsistência e a geração de renda dessas comunidades, mas também molda relações socioambientais dinâmicas e entrelaçadas. Além disso, a pesca artesanal desempenha um papel fundamental na segurança alimentar global e na conservação da biodiversidade, garantindo o equilíbrio ecológico dos ecossistemas aquáticos e promovendo práticas sustentáveis que beneficiam tanto as populações locais, quanto o meio ambiente.

Especificamente nas várzeas, ambiente central desta pesquisa, famílias se adaptam às flutuações sazonais das águas, reconfigurando suas estruturas e estratégias econômicas conforme as cheias e secas dos rios. Nesse cenário, a pesca não é apenas uma atividade, mas sim um modo de vida. Com base no que afirma Diegues (2002), compreende-se que, diante da imponente força do rio Amazonas, o ser humano reconhece sua conexão inerente ao fluxo da vida, no qual a água se torna uma dádiva e uma guardiã dos destinos humanos.

A pesca artesanal do camarão regional em Parintins, desenvolvida nas várzeas, é um exemplo notável dessa relação socioambiental entre comunidade, ambiente e atividade sustentável. As várzeas, conhecidas como planícies de inundação, não apenas alimentam o solo com sedimentos férteis, mas também nutrem uma rica variedade de espécies aquáticas, incluindo peixes e camarões. Nesse contexto, as comunidades de Brasília e Catispera, situadas à margem direita do rio Amazonas e distantes 325 km em linha reta de Manaus, realizam, há 60 anos, a pesca artesanal do camarão, sendo a atividade praticada no primeiro momento voltada para a alimentação e, com o passar dos anos, como fonte de renda.

Em se tratando da representatividade econômica da pesca do camarão, em razão das comunidades estarem situadas em região de várzea, esta compõe as práticas econômicas de sazonalidade que acompanham as águas do Rio Amazonas, assim como a agricultura de ciclo rápido, entre outras atividades. E nesse cenário, essas mulheres se revelam como verdadeiras guardiãs da tradição, mantendo um conhecimento transmitido por gerações, exclusivamente,

entre mulheres, que se desdobra em práticas artesanais de apetrechos de pesca, culturais e econômicas.

A atividade de pesca ocorre nos meses de junho a outubro, durante a vazante e a seca dos rios, quando o camarão se torna acessível. As mulheres desempenham um papel central nesse processo, liderando a atividade com membros de suas famílias. Elas confeccionam e aperfeiçoam seus apetrechos de pesca de acordo com as necessidades. Unem o saber e o fazer tradicional transmitido por gerações, que mescla conhecimento e técnicas tradicionais, como na feitura da camaroeira, com práticas culturais, provando que a capacidade humana de criar e de se adaptar é essencial para a sobrevivência diante das relações socioambientais e das mudanças.

Nesse contexto, a Indicação Geográfica emerge como um aspecto de relevância deste estudo como uma ferramenta de Propriedade Intelectual que reconhece produtos cuja qualidade ou reputação estão ligados diretamente ao local de origem e suas especificidades culturais e históricas, exaltando e agregando valor ao saber-fazer, aos conhecimentos tradicionais e a todos os atores envolvidos no processo. Essa prática preserva o modo de vida tradicional das comunidades, garantindo que os hábitos culturais e os conhecimentos relacionados à pesca artesanal do camarão sejam transmitidos de geração para geração, fortalecendo a identidade cultural e as práticas tradicionais.

A Indicação Geográfica agrega valor ao produto, reconhecimento, acesso a novos mercados, crescimento econômico, aumento da geração de renda e melhoria na qualidade de vida das pescadoras e de suas famílias.

Dessa forma, este artigo se propõe a explorar o conhecimento tradicional, as relações socioambientais e a relevância da Indicação Geográfica na pesca artesanal do camarão nas comunidades de Brasília e Catispera na várzea de Parintins, no coração da Amazônia. Ao fazê-lo, pretende-se mostrar a complexidade dessa atividade e seu impacto nas vidas das comunidades ribeirinhas, destacando como a pesca artesanal, profundamente enraizada na dinâmica dos rios amazônicos, é essencial para a manutenção dos modos de vida locais. Além disso, evidencia-se a relevância da Indicação Geográfica como ferramenta estratégica para a valorização das tradições, dos costumes, do saber-fazer e de outros bens imateriais que se associam a uma identidade territorial única, fortemente marcada pela relação com a biodiversidade e pelos ciclos hidrológicos amazônicos, proporcionando benefícios nos âmbitos econômico e social. Ademais, ao adotar uma abordagem interdisciplinar e enfatizar o protagonismo das mulheres pescadoras na atividade pesqueira, o estudo contribui para um entendimento mais amplo das interações de gênero, cultura e sustentabilidade dentro do contexto amazônico.

2 Metodologia

A pesquisa adota o estudo de caso como estratégia metodológica, permitindo uma investigação aprofundada e contextualizada sobre a pesca artesanal do camarão nas comunidades de várzea Brasília e Catispera. O estudo de caso é uma abordagem indicada para investigar fenômenos complexos em seus contextos reais, possibilitando uma compreensão detalhada das práticas tradicionais, das relações socioambientais e do impacto da Indicação Geográfica sobre a economia e a cultura local (Yin, 2016).

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi delineada com uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. O uso dessa abordagem possibilita tanto a coleta e a interpretação de dados descritivos, por exemplo, os relatos das pescadoras e suas percepções sobre a pesca, quanto a mensuração de informações objetivas, incluindo o volume de pesca ao longo dos anos e os impactos econômicos da Indicação Geográfica.

A triangulação metodológica entre essas técnicas permite uma análise mais robusta e confiável dos dados coletados, conforme apontam Creswell e Clark (2017) quando dizem que abordagens mistas são essenciais para a compreensão integral de fenômenos sociais e ambientais mais complexos.

O estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo, pois busca aprofundar o conhecimento sobre a pesca artesanal do camarão na Amazônia e descrever as particularidades dessa atividade no contexto das comunidades pesquisadas. Foram utilizadas técnicas de pesquisa de campo, incluindo observação direta, entrevistas semiestruturadas e levantamento de dados quantitativos sobre a produção pesqueira, permitindo uma análise ampla e contextualizada do fenômeno investigado.

Na forma qualitativa foi possível entender o fenômeno em relações sociais e realizar uma análise sobre os conceitos de Indicação Geográfica. A abordagem qualitativa da pesquisa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com 20 pescadoras, de uma totalidade de 30 pescados, associadas à Colônia dos Pescadores Z-17, selecionadas com base em critérios específicos, como idade superior a 18 anos, atuação direta na pesca do camarão há pelo menos cinco anos, envolvimento na confecção artesanal dos apetrechos de pesca e vínculo com a Colônia de Pescadores Z-17 de Parintins (2024).

As entrevistas, conduzidas entre 2023 e 2024, seguiram um roteiro estruturado para compreender as técnicas de pesca, a relação entre a pesca e o meio ambiente, a influência da sazonalidade sobre a atividade e as percepções das pescadoras acerca da Indicação Geográfica. Além das entrevistas, foram realizadas dez visitas de campo às

comunidades pesquisadas, cada uma com duração média de seis horas, com o objetivo de registrar a dinâmica da atividade pesqueira, documentando por meio de anotações detalhadas e fotografias o cotidiano das pescadoras e os apetrechos utilizados.

Já na abordagem quantitativa, esta foi utilizada para identificar os dados, isolá-los e quantificá-los para análise. A abordagem quantitativa teve como foco a descrição da produção do camarão ao longo dos anos, permitindo uma análise da variação sazonal e da viabilidade econômica da Indicação Geográfica. Os dados foram coletados junto à Colônia de Pescadores Z-17 de Parintins (2024) e incluem informações sobre o volume total de camarão pescado entre 2020 e 2023, a frequência de pesca ao longo do ano e sua relação com a vazante e cheia do rio Amazonas, além do impacto da atividade na renda das pescadoras. Os dados quantitativos foram organizados em gráfico comparativo, demonstrando a oscilação da produção pesqueira ao longo dos anos e evidenciando como os ciclos hidrológicos influenciam diretamente a disponibilidade do camarão.

Para fundamentação teórica da pesquisa e análise da realidade estudada, realizou-se um levantamento do Estado da Arte por meio de pesquisa bibliográfica. Essa etapa teve como objetivo identificar estudos anteriores que abordam a temática da Indicação Geográfica e a atuação das mulheres pescadoras no município de Parintins, AM.

A pesquisa bibliográfica foi orientada por fontes institucionais e acadêmicas, com destaque para o *Manual da Indicação Geográfica*, publicado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI, 2022), além de estudos de anterioridade sobre a participação das mulheres na pesca do camarão na região amazônica. Os principais documentos consultados incluem:

- 1) Manual da Indicação Geográfica (INPI, 2022);
- 2) A Pesca de Camarão no Município de Parintins (Oliveira; Cardoso, 2011);
- 3) Mulheres pescadoras da várzea do município de Parintins – AM: a pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera (Brasil, 2015);
- 4) As pescadoras de camarão em Parintins-AM: trabalho e modo de vida em ambiente pesqueiro amazônico (Diógenes; Rodrigues; Scherer, 2017).

A análise dos dados foi conduzida sob uma abordagem dialética, considerando a interação entre cultura, economia e meio ambiente no contexto amazônico. Os dados qualitativos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), permitindo a categorização dos depoimentos das pescadoras para identificar padrões de percepção sobre a pesca, a

Indicação Geográfica e a sustentabilidade ambiental. Já os dados quantitativos foram tratados estatisticamente, organizados em gráficos e tabelas para facilitar a visualização das tendências na produção de camarão e na valorização econômica do produto ao longo do tempo.

Apesar dos resultados significativos, por estar em processo para a certificação da IG, a pesquisa não apresenta os resultados sobre o impacto pós-certificação, sendo lacuna a ser preenchida por outras pesquisas que podem oferecer comparações mais precisas e avaliar os impactos reais da Indicação Geográfica na renda das pescadoras e na comercialização do produto. No entanto, essas limitações não comprometem a validade da pesquisa, mas indicam a necessidade de estudos futuros que explorem a evolução do processo de certificação da IG e seus efeitos no mercado regional. Os resultados obtidos neste estudo podem servir como referência para futuras pesquisas que estabeleçam o traçado da análise do antes e depois da IG nas comunidades pesquisadas.

3 Resultados e Discussão

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos por meio da observação direta e participante, bem como das entrevistas realizadas com as mulheres pescadoras das comunidades de Brasília e Catispera. Os resultados são discutidos com base no objetivo da pesquisa para identificar os conhecimentos tradicionais das técnicas da pesca do camarão regional, suas particularidades, as relações socioambientais e a relevância da Indicação Geográfica.

3.1 Contexto Histórico das Comunidades: conhecimentos tradicionais na pesca artesanal do camarão e as relações socioambientais

A análise do contexto histórico das comunidades de Brasília e Catispera oferece uma visão aprofundada das raízes e da evolução das técnicas de pesca artesanal do camarão. Essas comunidades, com mais de 50 anos de história, estão intrinsecamente entrelaçadas com a atividade pesqueira, que desempenha um papel vital no cotidiano e na identidade dessas mulheres pescadoras.

O espaço territorial da localização das comunidades de Catispera e Brasília configura uma ilha com ecossistema de várzea situada em frente à sede municipal de Parintins. Pertencem ao perímetro rural: Brasília, que se situa à margem esquerda do rio Amazonas, em frente à Parintins, que tem como limites o Paraná do Espírito Santo ao norte, o rio Amazonas ao sul, a comunidade de Catispera ao leste.

Segundo Cerqua (1980), a comunidade de São Sebastião da Brasília foi criada em 28 de março de 1968, por iniciativa da Igreja Católica, por meio da Comunidade

Eclesial de Base cuja missão era reorganizar as localidades rurais levando os ensinamentos do catolicismo. Foi uma estratégia adotada pela igreja católica, colocada em prática a partir das deliberações do Sínodo de Puebla, quando a igreja da América Latina direcionou suas ações aos menos favorecidos (Torres, 2012).

A trajetória da pesca do camarão, que iniciou na década de 1960, reflete a riqueza das experiências passadas e a capacidade de adaptação dessas comunidades. As mulheres pescadoras, ao longo de gerações, têm desempenhado um papel crucial na transmissão dos conhecimentos e nas transformações das técnicas de pesca do camarão. Suas mães e avós, como guardiãs do saber tradicional, transmitiram não apenas as práticas, mas também o profundo respeito pelo ambiente aquático e a compreensão das nuances sazonais. A pesca do camarão de Parintins é realizada exclusivamente por mulheres, que dominam as técnicas de captura, confecção dos apetrechos e processamento do pescado.

O contexto histórico moldou a abordagem das mulheres pescadoras em relação à pesca do camarão. A passagem do tempo trouxe desafios e oportunidades, e as técnicas foram refinadas e adaptadas para garantir a eficácia contínua da atividade. Essa adaptação também foi influenciada pela valorização da tradição e pela busca por inovação. As mulheres pescadoras, ao longo das décadas, demonstraram uma habilidade notável em combinar os ensinamentos transmitidos por suas antecessoras com a busca por soluções criativas.

Entre os principais diferenciais que tornam a pesca do camarão em Parintins um exemplo de tradição e sustentabilidade, destaca-se o uso da “camaroeira”. O apetrecho foi desenvolvido pelas próprias pescadoras da região. Criado por dona Ana Gomes Lima na década de 1960, esse instrumento foi aprimorado ao longo do tempo e tornou-se uma das principais marcas da identidade produtiva da pesca artesanal do camarão na região (Diogenes; Rodrigues; Scherer, 2017).

O primeiro apetrecho criado e utilizado foi o cesto de cipó com fundo de sarapilha, no qual se colocava no fundo do cesto pedaços de peixe cozidos como isca. Não deu certo, pois ficava difícil de manusear por conta do peso com o volume de água. O segundo e último foi a “camaroeira” criada e aperfeiçoada por dona Ana Gomes, uma ferramenta adaptada às necessidades da pesca e utilizadas pelas pescadoras até os dias atuais.

A camaroeira, apetrecho da pesca do camarão utilizada até os dias atuais pelas pescadoras, é exemplo de adaptação, adequação, conhecimento tradicional, criatividade e inovação. Consiste em uma rede fixada em suportes de madeira leve, permitindo a captura eficiente em águas rasas, sua confecção segue padrões tradicionais. A seguir, apresenta-se a imagem da camaroeira e seu modo de uso.

Figura 1 – Camaroeira



Fonte: Acervo dos autores deste artigo (2024)

A “camaroeira” é confeccionada a partir de tecido de sarapilha, recortado em forma de quadrado medindo aproximadamente 1m x 1m (largura e comprimento), presos em suas extremidades por barbantes a duas varetas de madeira, oriundas de paus flutuantes que descem pelos rios, esses paus são fixados em forma de X, o que facilita o manuseio, o apetrecho é denominado localmente de “CAMAROEIRA”.

A camaroeira não é apenas um resultado de inovação, mas é um reflexo da conscientização profunda das nuances da vida aquática, da eficiência na captura e da preocupação com a sustentabilidade. Sua fabricação exige conhecimento específico sobre materiais e técnicas de montagem, sendo um exemplo da inovação tradicional presente na atividade.

A pesca do camarão é uma expressão da relação harmoniosa estabelecida entre as mulheres pescadoras e a natureza. A sazonalidade da atividade, que ocorre nos meses de vazante e seca, é um testemunho da profunda compreensão das variações naturais do ambiente. Essa sincronia com os ciclos naturais evidencia a ligação intrínseca entre as mulheres pescadoras e o rio Amazonas, já que as nuances da água, do clima e dos fenômenos naturais guiam suas ações.

Essas relações socioambientais também transcendem o aspecto econômico. A pesca do camarão é uma atividade que promove coesão social e coletividade. As comunidades ribeirinhas são fortalecidas por meio do compartilhamento de saberes, do apoio mútuo durante as pescarias e do envolvimento conjunto em todas as etapas da atividade.

Nessa perspectiva, foi entrevistada a Pescadora 1, que manifesta a existência de uma forte relação socioambiental e econômica construída com a atividade da pesca, já que desempenha a função de principal pilar econômico na vida das famílias que vivenciam a várzea, e, nesse processo, está o conhecimento tradicional, a invenção e o aperfeiçoamento para a prática da pesca do camarão que culminam na melhoria de vida das pescadoras e da comunidade.

A interconexão entre a pesca do camarão, as relações socioambientais e o conhecimento tradicional é um testemunho do modo de vida resiliente dessas comunidades ribeirinhas. Essa interdependência não apenas sustenta a subsistência econômica, mas também mantém uma teia complexa de valores culturais, saberes tradicionais e uma profunda conexão com o meio ambiente. A pesca do camarão, portanto, não é apenas uma atividade econômica; é um reflexo de uma simbiose enraizada nas relações entre as mulheres pescadoras, suas comunidades e a natureza que as rodeia.

A pesca artesanal do camarão regional realizada por mulheres nas comunidades de Brasília e Catispera é um testemunho vivo da interseção entre o conhecimento tradicional e as relações socioambientais.

Nesse contexto, a coleta de dados revelou um profundo entendimento das mulheres pescadoras das comunidades de Brasília e Catispera sobre as relações socioambientais e os conhecimentos tradicionais que estão entrelaçados na atividade da pesca artesanal do camarão.

As entrevistadas destacaram o cuidar do meio ambiente e a importância dele para a dinâmica da pesca do camarão e o sustento dos comunitários; do uso de materiais advindo da natureza, como os pedaços de galhos de árvores flutuantes que são cuidadosamente selecionados para confecção das camaroeiras, garantindo a eficiência do apetrecho de pesca e a sustentabilidade. Além disso, o conhecimento sobre as variações sazonais, as mudanças na densidade do camarão e outros fatores ambientais são incorporados nas técnicas de pesca e de criação dos apetrechos, demonstrando uma compreensão holística do ecossistema aquático. Destaca-se o relatado pela Pescadora 2:

A gente depende do meio ambiente para viver, é dele que tiramos nosso sustento, nos lagos, igapós e rios. Além do nosso sustento, a natureza nos dá materiais como pedaço de pau que vem descendo nos rios para fazermos a camaroeira e os caniços para pesca e até grandes árvores de dentro da floresta para fazer o casco, a canoa que a gente usa pra pescar. Temos que cuidar, porque se não vai acabar e os nossos filhos e netos irão sofrer (Pescadora 2, 2024).

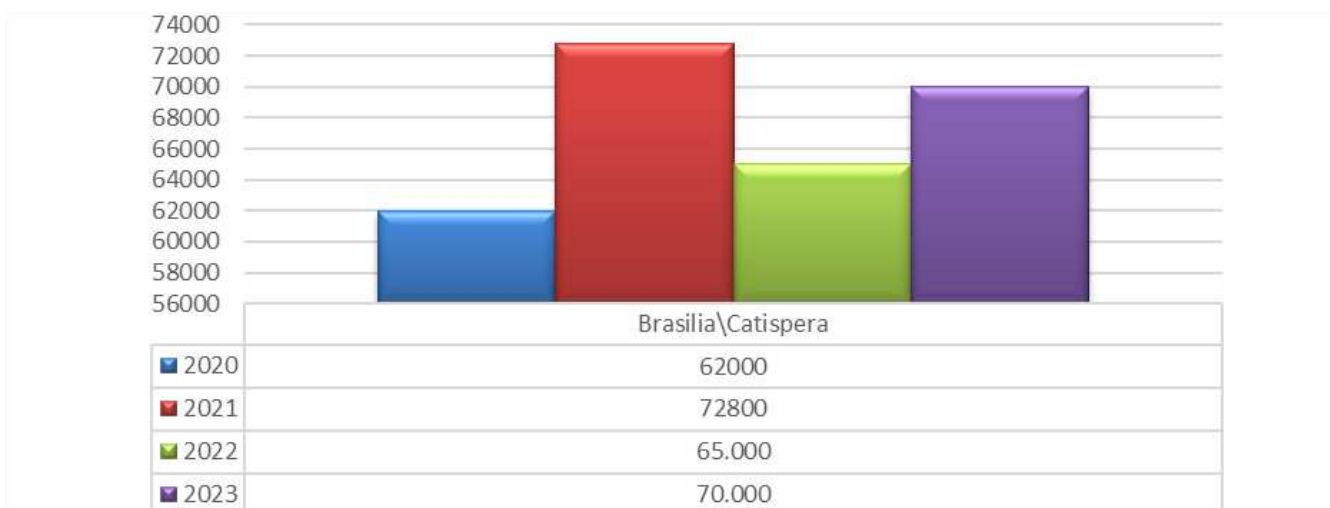
As mulheres pescadoras não apenas preservam o conhecimento tradicional, mas também ajustam e inovam esse conhecimento de acordo com as demandas do ambiente e as mudanças nas condições de pesca. Esse processo reflete uma combinação única de conhecimento ancestral e criatividade, cujos métodos tradicionais são moldados para se adequar às realidades em constante transformação.

A pesca do camarão é a principal atividade econômica realizada nas comunidades de várzea da Brasília e Catispera no município de Parintins, que resulta na melhoria de vida das famílias pescadoras por meio da venda do camarão, assegurando a manutenção socioeconômica do lar, isso contribui para aquisição de bens e investimentos futuros. No entanto, apesar do domínio técnico e da relevância da atividade, as pescadoras enfrentam desafios relacionados à falta de reconhecimento formal e à limitação de políticas voltadas para a valorização da pesca artesanal.

Conforme dados da Colônia de Pescadores Z17 de Parintins (2024), a pesca é realizada seis dias por semana no início do período, depois vai diminuindo para quatro dias. Por noite são capturados por cada pescadora de 5 a 100 litros de camarão, sendo que um litro corresponde aproximadamente 0,400 kg. Utiliza-se a medida de litro ou de frasco, que corresponde a 2 litros. Essa é a medida utilizada pelas pescadoras de camarão e aprovada pelos parceiros envolvidos no processo.

Nos últimos três anos (2020-2023), conforme dados informados pela Colônia de Pescadores Z17 de Parintins (2024), foram capturados 269.800 kg de camarão regional, ou seja, 269,8 toneladas. O Gráfico 1 mostra em detalhes as informações: em 2020, as comunidades de Brasília e Catispera pescaram 62.000 kg; em 2021, Catispera e Brasília pescaram 72.800 kg; em 2022, Catispera e Brasília pescaram 65.000kg de camarão; e, em 2023, foram pescados 70.000kg da comunidade Catispera e Brasília.

Gráfico 1 – Volume de camarão pescado Kg (2020-2023)



Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2024)

O Gráfico 1 evidencia que há uma variação por ano do volume do camarão pescado, e essa variação ocorre pelo fator natural da enchente e vazante dos rios, do ritmo das águas. Quando a enchente é grande, os camarões demoram para ir aos lagos, e a vazante vem de forma tardia, ou seja, a pescaria demora para iniciar, pois os camarões seguem para os lagos na vazante dos rios. Sendo assim, os resultados da pesca do camarão dependem diretamente do fluxo da natureza, do encher e secar dos rios, da dinâmica das águas, das várzeas.

Nesse contexto, estratégias compensatórias e políticas voltadas para a organização da produção poderiam mitigar os impactos da sazonalidade, garantindo maior previsibilidade e estabilidade econômica para as pescadoras. A Indicação Geográfica (IG) surge como um instrumento essencial nesse processo, promovendo a valorização do camarão regional, fortalecendo a governança local e incentivando práticas que ampliem as oportunidades de comercialização, a agregação de valor e a sustentabilidade da atividade.

3.2 A Indicação Geográfica e a Relevância na Pesca Artesanal do Camarão Regional de Parintins

A Indicação Geográfica advém de um processo histórico que se desenvolveu de forma natural e gradativa a partir das necessidades vigentes de cada época. Conforme a história apresenta, a Indicação Geográfica já era evidenciada desde a antiguidade, pois existiam produtos associados a suas origens geográficas, que apresentavam qualidades e características específicas percebidas pelos consumidores, comerciantes, entre outros. E, dessa forma, de acordo com Kakuta (2006), passou-se a denominar os produtos com nome geográfico de sua região de procedência/origem, em que eram evidenciados os seguintes pontos relevantes: a qualidade diferenciada dos produtos; a associação ao território do qual se originou; a forma particular de obtenção daquele produto em certas regiões, levando em consideração as condições geográficas específicas como, solo, clima, relevo; e os costumes e o saber-fazer (Soeiro, 2020).

Para definir a Indicação Geográfica, é necessário falar de Propriedade Intelectual, pois a Indicação Geográfica está intrinsecamente ligada à Propriedade Intelectual por se configurar como um tipo de direito de Propriedade Industrial.

Convenção que instituiu a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) em julho de 1979 define

em seu artigo 2º, Inciso VIII, Propriedade Intelectual da seguinte forma:

Direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico.

A Propriedade Intelectual se divide em três grupos: Propriedade Industrial, Direito Autoral e *Sui Generis*. E a Indicação Geográfica está inserida na Propriedade Industrial juntamente com a Marca, Patente, Desenho Industrial e Segredo Industrial & repressão à Concorrência Desleal. Com a promulgação da Lei da Propriedade Industrial, Lei n. 9.279/96, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu Título IV, pode-se observar o texto sobre a Indicação Geográfica no que tange à regulação, à proteção e ao uso no Brasil, e sua definição precisa do que é uma Indicação Geográfica.

A Lei define Indicação Geográfica como um sinal distintivo que identifica um produto ou serviço como originário de um local geográfico específico, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto ou serviço possa ser atribuída a essa origem (Brasil, 1996).

Bruch (2008) destaca que a IG é um processo para concessão de um selo de garantia, que atesta a originalidade, a diferenciação que busca características de cada produto, preservando o modo de fabricação dos produtos, a imagem da localidade, da região, que valoriza o saber fazer local, preserva a historicidade e a tradição do produto e de todos os atores envolvidos que fazem a diferença para quem produz e consome, fortalece a cadeia produtiva e alavanca o desenvolvimento local, regional e da economia do país.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2016, p. 7) define a Indicação Geográfica como “[...] designação que identifica um produto ou serviço como originário de uma área geográfica delimitada, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica são essencialmente atribuídas a essa origem geográfica”.

As definições colocam em evidência a valorização das tradições, os costumes, o saber-fazer e outros bens imateriais que se associam a uma identidade do território

e da origem geográfica. Assevera-se que a Indicação Geográfica no âmbito econômico concede exclusividade e reconhecimento aos produtos e serviços, conferindo-lhes um valor intrínseco superior e permitindo aos produtores que pratiquem preços mais justos com o propósito de obter maior retorno financeiro e destaque em um mercado cada vez mais competitivo; o que facilita o acesso a novos mercados e fortalece a identidade do produto. No âmbito social, contribui para a preservação da cultura e tradição; o desenvolvimento social na geração de renda e emprego; a melhoria na qualidade de vida das comunidades; e a valorização do conhecimento local.

A Lei n. 9.279/96 considera dois tipos de Indicação Geográfica, a Indicação de Procedência e a de Denominação de Origem. Conforme prevê o artigo 177 da LPI, considera-se Indicação de Procedência: “[...] o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço (Brasil, 1996, p. 38).

Denominação de Origem é definida, de acordo com o artigo 178 da LPI, como:

[...] o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (Brasil, 1996, p. 38).

Enquanto a Indicação de Procedência está relacionada à tradição produtiva e ao reconhecimento histórico de determinada localidade, a Denominação de Origem vincula-se diretamente às condições ambientais e humanas que conferem características específicas ao produto. Ambas requerem normas e especificações rigorosas, sendo regulamentadas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão responsável por conceder o selo de IG no Brasil.

De acordo com os dados do INPI (2024), no Brasil, até setembro de 2024, foram reconhecidas 113 IGs, sendo 87 de Indicação de Procedência e 26 de Denominação de Origem, ou seja, 77% de IP e 23% de DO no Brasil no período de 2002 a 2024. Desse total de 113 IGs, 16 estão na Região Norte (14 Indicação de procedência e 2 Denominação de Origem). Na Região Nordeste são 17, no Centro-Oeste foram registradas quatro, no Sudeste, 41 e no Sul foram identificadas 35 IGs.

O registro das IGs aparece em todas as regiões do Brasil, sendo que: o Sudeste fica em primeiro lugar com 41, o Sul fica em segundo com 35, o Nordeste fica em terceiro com 17, o Norte fica em quarto com 16, e, em último lugar, fica o Centro-Oeste com quatro registros.

Nesse contexto, o camarão regional de Parintins se destaca como um forte candidato à certificação de Indicação Geográfica, pois reúne elementos fundamentais para esse reconhecimento, como sua produção artesanal, a forte ligação com o saber-fazer tradicional das pescadoras ribeirinhas e a influência do ambiente natural na qualidade do produto.

As mulheres pescadoras de camarão são protagonistas nesse processo, desde a confecção dos apetrechos de pesca, captura, manipulação do camarão, cozimento, preparo e venda nas feiras e nos mercados de Parintins. Segundo Diógenes, Rodrigues e Scherer (2017), a participação do homem é como uma ajuda, pois eles auxiliam na coleta de madeira para fazer o fogo para o cozimento do camarão e da salga, na condução da canoa, tanto na atividade da pesca, como na ida para a cidade para comercialização do camarão, mas não realizam a pesca de fato, já que não possuem a leveza necessária no manuseio da camaroeira, o qual classificam como atividade de mulher.

A relação entre o território e o produto também se reflete na influência do ciclo hidrológico na atividade pesqueira, uma vez que a pesca ocorre apenas durante a vazante dos rios, período em que os camarões se concentram nos lagos e ficam acessíveis às pescadoras. Esse fator evidencia a importância de práticas sustentáveis, pois as pescadoras compreendem e respeitam os períodos de reprodução e de renovação do estoque pesqueiro.

Portanto, a pesca artesanal do camarão em Parintins não apenas reflete a interdependência entre cultura, economia e meio ambiente, mas também se destaca pelo potencial de reconhecimento formal por meio da Indicação Geográfica. A singularidade dessa atividade, baseada em técnicas tradicionais e na relação simbiótica entre as pescadoras e os ciclos naturais dos rios, demonstra a relevância de uma certificação que valorize esse conhecimento ancestral e agregue valor ao produto no mercado.

A notoriedade é evidenciada por matérias jornalísticas em *sites* e em outros veículos de comunicação, publicação de artigo, dissertações e teses, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Comprovação da Notoriedade do Camarão regional

COMPROVAÇÃO DA NOTORIEDADE DO CAMARÃO REGIONAL DE PARINTINS	
Camarão de Parintins entra na lista prioritária para receber Selo de Indicação Geográfica (2022)	Disponível em: https://reporterparintins.com.br/?q=276-conteudo-222981-camarao-de-parintins-entra-na-lista-prioritaria-para-receber-selo-de-indicacao-geografica
Projeto irá beneficiar pescadoras de camarão em Parintins (2023)	Disponível em: https://thomazrural.com.br/2022/03/20/projeto-ira-beneficiar-pescadoras-de-camarao-em-parintins/
Grupo trabalha para o Camarão Regional de Parintins ganhar selo de Indicação Geográfica (2022)	Disponível em: https://www.portalmarcossantos.com.br/2022/05/20/grupo-trabalha-para-o-camarao-regional-de-parintins-ganhar-selo-de-indicacao-geografica/ Copyright © Portal Marcos Santos
Reunião discute estruturação da cadeia produtiva do Camarão Regional pescado por mulheres em Parintins (2023)	Disponível em: https://amazonrec.com.br/reuniao-discute-estruturacao-da-cadeia-produtiva-do-camarao-regional-pescado-por-mulheres-em-parintins/
As pescadoras de camarão em Parintins-AM: trabalho e modo de vida em ambiente pesqueiro amazônico (2017) Autoras: Antônia Mara Raposo Diógenes; Cristiane Pereira Rodrigues; Elenise Faria Scherer.	Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499471994_ARQUIVO_ASPEC ADORASDECAMARAOEMPARTINTINABALHODEVIDA EMAMBIENTEPEQUEIROAMAZONICO.pdf
O lugar da pesca de camarão em Parintins: as camaroeiras e o seguro defeso (2013) Autoras: Antônia Mara Raposo Diógenes; Sara Moreira Soares; Elenise Faria Scherer	Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381168805_ARQUIVO_AntoniaMaraRaposoDiogenes.pdf
Suframa sedia reunião extraordinária do Fórum Origens Amazonas (2023)	Disponível em: https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes/noticias/suframa-sedia-reuniao-extraordinaria-do-forum-origens-amazonas
Mulheres pescadoras da várzea do município de Parintins – AM: a pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera (2015) Autor: João Bosco dos Santos Brasil	Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5017
Professor da UEA desenvolve pesquisa sobre pesca sustentável de camarão (2019)	Disponível em: https://noticias1.uea.edu.br/noticia.php?notId=62425
Farofa de Camarão de Parintins	Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=O6E0G5mRzzU
Gastronomia amazônica encanta turistas em Parintins (AM)	Gastronomia amazônica encanta turistas em Parintins (AM) por Fala Brasil Disponível em: https://record.r7.com/fala-brasil/video/gastronomia-amazonica-encanta-turistas-em-parintins-am-06072024/
Unindo gastronomia regional e o Festival de Parintins, gastrobar Luar de Uaicurapá promove a cultura amazonense. Localizado no coração do bairro Veiralves, na Zona Centro-Sul de Manaus, a casa de cultura e artes conta com estrutura sofisticada, confortável e segura	Disponível em: https://vanguardadonorte.com.br/cultura/unindo-gastronomia-regional-e-o-festival-de-parintins-gastrobar-luar-de-uaicurapa-promove-a-cultura-amazonense/

COMPROVAÇÃO DA NOTORIEDADE DO CAMARÃO REGIONAL DE PARINTINS

Camarão Parintins: Sinta o gosto da tradição com nosso risoto de alho-poró e camarões salteados com manteiga. Uma verdadeira celebração dos sabores autênticos da nossa região!

#TioArmenio #CamarãoParintins #Jantar
#GastronomiaManaus #ComidaManaus
Disponível em: https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=839982528330518&id=100069563353837&_rdr

Mulheres garantem renda com a pesca do camarão no interior do Estado

Disponível em: <https://www.fapeam.am.gov.br/mulheres-garantem-renda-com-a-pesca-do-camarao-no-interior-do-estado/>

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2024)

Reconhecendo esse potencial, em 2021, foi realizado pelo Sebrae-AM o Diagnóstico de Potencialidade do camarão regional de Parintins e, assim, foi considerado como produto potencial para Indicação Geográfica mediante as suas especificidades nas técnicas e nos apetrechos utilizados na pescaria advindos de uma tradição cultural e o próprio processo da cadeia produtiva, exemplificada na Figura 2.

A cadeia produtiva da pesca do camarão inicia-se no final da tarde, por volta das 16h, quando as pescadoras organizam os apetrechos: canoa pequena (“casco”), remos, camaroeiras, isca, lanternas fixadas na cabeça e roupas de proteção contra carapanãs. Às 16h30, cada pescadora segue para seu “pedaço” do lago, conforme um acordo coletivo, e inicia a pescaria, que dura cerca de 4 horas.

Ao retornar, o processamento do camarão precisa ser rápido, levando no máximo 2 horas para garantir sua conservação. O pescado é cozido e salgado imediatamente após a pesca, permitindo que seja armazenado até a comercialização na manhã seguinte.

Às 6h, as pescadoras seguem de rabeta pelo rio Amazonas até a feira de Parintins, onde vendem o produto. Atualmente, o preço do frasco (2 litros) é de R\$ 15,00, correspondendo a aproximadamente 0,400 kg por litro. Com a venda diária de 50 kg, a renda estimada é de R\$ 938,00. O camarão é exposto em bacias de alumínio e comercializado rapidamente, com a venda se encerrando em até 3 horas. Após isso, as pescadoras retornam à comunidade para reiniciar o ciclo produtivo.

No período do Festival de Parintins, que ocorre no mês de junho, o valor do camarão é ajustado por decorrência da

grande procura e da notoriedade do produto, passando a figurar até o triplo do preço praticado comumente. A seguir o mosaico da Figura 3 apresenta esse processo.

Na atividade da pesca do camarão, as mulheres têm oportunidade de protagonizar o processo, o trabalho e o sustento de sua família, consolidando seus direitos como mulher e pescadora. As mulheres pescadoras fazem parte da Associação de Pescadores Z-17 de Parintins, como pescadoras de fato e de direito e fazem valer seus direitos civis e políticos, advindos da pesca do camarão.

A cadeia produtiva da pesca do camarão em Parintins reflete não apenas um meio de sustento para as pescadoras, mas também um ciclo econômico essencial para as comunidades ribeirinhas. O conhecimento tradicional transmitido entre gerações garante a eficiência da captura, processamento e comercialização do camarão, fortalecendo a identidade local e contribuindo para a valorização do produto no mercado regional. A regularidade dessa atividade, aliada às práticas sustentáveis e à organização comunitária, evidencia a importância da Indicação Geográfica como um instrumento para agregar valor ao produto e consolidar o reconhecimento da pesca artesanal como um patrimônio cultural e econômico da região.

Portanto, a possibilidade da obtenção da Indicação Geográfica para o camarão de Parintins representa não apenas uma conquista econômica, mas também um mecanismo de preservação do modo de vida ribeirinho e do conhecimento tradicional das pescadoras amazônicas.

Figura 2 – Cadeia produtiva do camarão das comunidades de várzea pesqueiras de Brasília e Catispera



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo (2024)

Figura 3 – A pesca e venda do Camarão de Parintins



Fonte: Obtida pelos autores deste artigo (2024)

4 Considerações Finais

A pesca artesanal do camarão nas comunidades de Brasília e Catispera, situadas nas várzeas do município de Parintins, representa um sistema complexo de interações entre comunidade, meio ambiente e sustentabilidade. Este estudo permitiu compreender que essa prática transcende a mera captura de recursos, assumindo um papel fundamental na manutenção da identidade cultural, na preservação do conhecimento tradicional e no fortalecimento da coesão social das comunidades ribeirinhas.

O percurso deste estudo fez com se compreendesse que a pesca do camarão transcende a simples captura de recursos. Ela é um reflexo vivo das relações simbióticas entre as mulheres pescadoras, o ecossistema fluvial e o rico patrimônio cultural que permeia suas vidas. A atividade não se limita à sobrevivência econômica, mas abrange a preservação da identidade, da tradição e da coesão social que caracterizam essas comunidades.

A investigação das técnicas de pesca, da confecção artesanal de apetrechos e do ciclo produtivo revelou a estreita relação entre as mulheres pescadoras e o ambiente, evidenciando o respeito pelos ciclos naturais e a capacidade de inovação dentro de um saber tradicional transmitido por gerações. A análise histórica dessas comunidades reforça a importância do protagonismo feminino na perpetuação dessas práticas, destacando sua resiliência diante das mudanças ambientais e socioeconômicas.

As relações socioambientais que permeiam a pesca do camarão são uma expressão tangível da interdependência entre a atividade humana e o ecossistema. A sincronia com os ciclos naturais e a inovação adaptativa refletem a profunda compreensão das mulheres pescadoras sobre as nuances do ambiente aquático.

A Indicação Geográfica (IG) do camarão de Parintins desponta como um mecanismo estratégico para a valorização do produto, promovendo não apenas o aumento do valor de mercado, mas também o fortalecimento da governança comunitária e da representatividade das pescadoras. A IG impulsiona a profissionalização da atividade, abre novas oportunidades comerciais, fomenta o turismo local e amplia a geração de renda, melhorando a qualidade de vida das famílias envolvidas. Além disso, seu reconhecimento pode consolidar o produto como um símbolo da cultura amazônica pelas técnicas sustentáveis empregadas na captura do pescado de forma não predatória.

A implementação de políticas públicas voltadas para a formalização e o fortalecimento da pesca artesanal é essencial para assegurar a sustentabilidade dessa atividade. Medidas como o acesso a crédito, programas de capacitação técnica em boas práticas de manipulação de alimentos, incentivos para a comercialização e proteção ambiental são fundamentais para garantir que as pescadoras tenham melhores condições de trabalho e que a IG possa alcançar seu potencial máximo. O reconhecimento oficial e o apoio governamental à cadeia produtiva do camarão podem ampliar as oportunidades de mercado e reforçar a preservação das práticas tradicionais, garantindo a continuidade dessa atividade para as futuras gerações, bem como o fortalecimento de microeconomias nas comunidades ribeirinhas.

Em última análise, este estudo não apenas ilumina a riqueza e a complexidade da pesca do camarão nas várzeas de Parintins e a importância da Indicação Geográfica, mas também destaca o papel das comunidades ribeirinhas como guardiãs de um modo de vida intrinsecamente ligado à natureza. As mulheres pescadoras emergem como protagonistas, não apenas na narrativa da subsistência, mas na preservação de uma herança cultural única. Suas práticas, as relações e as inovações são uma inspiração e um lembrete da profundidade das interações entre a humanidade e o ambiente, mesmo em um mundo em constante mudança.

5 Perspectivas Futuras

O desenvolvimento da pesca artesanal do camarão nas comunidades de Brasília e Catispera requer estratégias que garantam a sustentabilidade da atividade e a valorização do conhecimento tradicional. As perspectivas futuras para essa cadeia produtiva devem considerar tanto os desafios ambientais e socioeconômicos quanto as oportunidades

trazidas pela Indicação Geográfica. A seguir, são apresentadas propostas para impulsionar essa prática:

- 1) **Sustentabilidade Socioambiental:** fortalecer as relações entre as comunidades ribeirinhas e as instituições de pesquisa, governamentais e não governamentais, para promover estratégias conjuntas de conservação e manejo sustentável dos recursos aquáticos, garantindo a preservação das tradições e a proteção do ecossistema. É essencial a implementação de um sistema de monitoramento da pesca, que auxilie na identificação de períodos ideais para captura do camarão sem comprometer os estoques naturais.
- 2) **Empoderamento Feminino:** reconhecer e fortalecer o papel das mulheres pescadoras não apenas na produção, mas também na governança da atividade. Para isso, é necessário incentivar programas de capacitação em gestão e liderança comunitária. Também se faz necessária a criação de linhas de crédito e incentivos fiscais específicos para mulheres que trabalham com a pesca artesanal, garantindo condições mais favoráveis para a manutenção da atividade.
- 3) **Intercâmbio de Conhecimento:** estabelecer plataformas de troca de conhecimentos entre as comunidades ribeirinhas e pesquisadores, permitindo a combinação dos saberes tradicionais com as abordagens científicas. Isso pode impulsionar a criação de soluções inovadoras, adaptadas às mudanças climáticas e às transformações ambientais.
- 4) **Pesquisa Contínua:** investir em pesquisas a longo prazo para monitorar as mudanças nos ecossistemas aquáticos da região Amazônica, considerando fatores como alterações climáticas, impactos humanos e variações na biodiversidade. Isso permitirá uma compreensão mais profunda dos desafios e das oportunidades para a pesca artesanal.
- 5) **Indicação Geográfica:** desenvolver mecanismos, governança, fortalecimento de redes entre as instituições envolvidas (Colônia de Pescadores Z-17 de Parintins, Sebrae, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Prefeitura de Parintins, Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror), Secretaria Executiva Adjunta de Pesca e Aquicultura (SEPA), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAM) e Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento (Sempa) para avançar no processo de submissão para Indicação Geográfica do camarão de Parintins, uma

vez que em 2021 foi realizado pelo Sebrae-AM, o Diagnóstico de Potencial para o camarão e foi apontado como IG potencial. Colaborar com órgãos governamentais e organizações não governamentais para desenvolver políticas públicas que reconheçam e apoiem as comunidades ribeirinhas. Isso inclui a criação de regulamentações que promovam a pesca sustentável, o empoderamento feminino e a conservação dos ecossistemas.

- 6) **Educação e Conscientização:** promover programas educacionais que valorizem os saberes tradicionais e sensibilizem as gerações mais jovens sobre a importância da pesca artesanal e da preservação dos recursos aquáticos e a importância da relação socioambiental. Colaborar com órgãos governamentais e organizações não governamentais para desenvolver políticas públicas que reconheçam e apoiem as comunidades ribeirinhas.
- 7) **Valorização Cultural:** promover a valorização das tradições culturais das comunidades ribeirinhas, por exemplo, por meio de festivais culturais e eventos que destaquem a importância da pesca artesanal e das técnicas tradicionais na identidade local.

Essas perspectivas e sugestões podem contribuir para um futuro mais resiliente e sustentável para as comunidades ribeirinhas, mantendo os conhecimentos tradicionais, as relações socioambientais e o reconhecimento e a valorização da pesca artesanal do camarão através da Indicação Geográfica.

Referências

- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16536:2016**. Indicações geográficas: orientações para estruturação de indicações geográficas para produtos. Elaborada pela Comissão de Estudo Especial de Indicação Geográfica (ABNT-CEE-216). Rio de Janeiro: ABNT, 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, 2011.
- BRASIL. **Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm. Acesso em: 9 abr. 2023.
- BRASIL, João Bosco dos Santos. **Mulheres pescadoras da várzea do município de Parintins – AM**: a pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5017/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Jo%C3%A3o%20Bosco%20dos%20Santos%20Brasil.pdf>. Acesso em: 3 out. 2023.
- BRUCH, K. L. Tradição e cultura preservadas: Indicações Geográficas são meio para assegurar reconhecimento aos diferenciais de uma região produtora. **Jornal Bon Vivant**, Flores da Cunha, Século Novo, p. 12, jan.-fev. 2008.
- BRASIL, João Bosco dos Santos. **Mulheres pescadoras da várzea do município de Parintins – AM**: a pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera. 2015. 111p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5017/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Jo%C3%A3o%20Bosco%20dos%20Santos%20Brasil.pdf>. Acesso em: 3 out. 2023.
- CERQUA, D. A. **Clarões de Fé no Médio Amazonas**. Prelazia de Parintins. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1980.
- CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. **Designing and Conducting Mixed Methods Research**. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2017.
- DIEGUES, A. C. S. (org.). **Povos e Águas**. 2. ed. São Paulo: Núcleo de apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira, USP, 2002.
- DIÓGENES, Antônia Mara Raposo; RODRIGUES, Cristiane Pereira; SCHERER, Elenise Faria. **As pescadoras de camarão em Parintins-AM**: trabalho e modo de vida em ambiente pesqueiro amazônico. 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499471994_ARQUIVO. Acesso em: 4 out. 2023.
- FREITAS, Yasmim Vieira; SÁNCHEZ-BOTERO, Jorge; GARCEZ, Danielle Sequeira. Importância da pesca artesanal para a diversificação proteica e manutenção da segurança alimentar em uma comunidade litorânea do nordeste do Brasil. **Revista Arqueologia Pública**, v. 17, p. e022016, 2022. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8668124?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 12 mar. 2025.
- INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Ato Normativo n.143/1998**. Normas de procedimento sobre Registro das Indicações Geográficas. Brasília: DOU, 31 ago. 1998.
- INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Resolução n.75/2000. **Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas**. Brasília: DOU, 28 nov. 2000.
- INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Manual da Indicação Geográfica**. 2022. Disponível em: <https://manualdeig.inpi.gov.br/projects/manual-de-indicacoes-geograficas/wiki>. Acesso em 5 jan. 2024.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Indicação Geográfica**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas>. Acesso em 5 jan. 2024.

KAKUTA, S. M. *et al.* **Indicações geográficas**. Porto Alegre: Sebrae-RS, 2006.

MARIE-VIVIEN, D. **Le droit des indications géographiques en Inde**: un pays de l'ancien monde face aux droits français, communautaire et international. Paris: 2010. 612p. Thèse (Doctorat en Droit et Sciences Sociales) – EHESS, 2010.

OLIVEIRA, Elimar dos Santos de; CARDOSO, Renato Soares. **A Pesca de Camarão no Município de Parintins**. Amazonas, Brasil. 2015. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/ENNUPAS/article/view/1609/795>. Acesso em: 1º out. 2023.

PARINTINS. **Colônia de Pescadores Z17**. 2024. Disponível em: <https://eguias.net/empresa/colonia-de-pescadores-z-17-de-parintins/parintins/am/199667>. Acesso em 5 jan. 2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SOEIRO, A. **Denominações de origem e indicações geográficas protegidas**: a sua importância. 2020. Disponível em: <http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/Default.aspx?module=Files/FileDescription&ID=1910&state=FD>. Acesso em: fev. 2024.

TORRES, Iraildes Caldas (org.). **O Ethos das Mulheres da Floresta**. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Sobre os Autores

Jocemilda da Silva Viana

E-mail: jdsvmipi22@uea.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6589-465X>

Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pela Universidade do Estado do Amazonas – Profnit em 2025.

Endereço profissional: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Centro de Educação Profissional “Matheus Penna Ribeiro”, Av. Massaranduba, s/n, De jard Vieira. Parintins, AM. CEP: 69152-453.

Raimundo Corrêa de Oliveira

E-mail: rcoliveira@uea.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5428-8762>

Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco em 2013.

Endereço profissional: Universidade do Estado do Amazonas, Escola Superior de Tecnologia. Av. Darcy Vargas, n. 1.200, Parque 10 de Novembro, Manaus, AM. CEP: 69055-035.